DISSERTAÇÃO MODELO

As plataformas de apostas e a banalização do risco financeiro

A Era da Digitalização tem transformado a comunicação, o trabalho e a economia – esse movimento desagua na popularização das apostas online, fenômeno que movimenta bilhões e reforça um novo comportamento coletivo: a banalização do risco financeiro. O Relatório da Organização Mundial da Saúde sobre Comportamentos Aditivos aponta que ambientes digitais que combinam estímulo rápido, recompensas intermitentes e sensação de controle aumentam a propensão ao jogo compulsivo, especialmente entre jovens. Nesse contexto, emergem dois desafios centrais: a normalização do comportamento de risco e a legislação insuficiente.

Em primeira análise, a expansão das casas de aposta online contribui para a naturalização da perda financeira. A expectativa de ganhos fáceis e imediatos, reforçada por influenciadores e por elementos de gamificação, leva à ludopatia, ou seja, ao jogo patológico, compulsivo. Assim, o risco torna-se parte inerente à diversão, o que, o mais das vezes, resulta em perdas irreparáveis, comprometendo o orçamento familiar. A banalização se intensifica pela facilidade de acesso: qualquer pessoa, com um celular, pode apostar, quantas vezes quiser, sem reflexão crítica sobre as consequências a curto e longo prazos.

Em segunda análise, a ausência de legislação específica amplia a exposição dos jogadores. Embora o Congresso Nacional discuta normas sobre publicidade, limites de valor e transparência das plataformas, ainda faltam políticas claras que delimitem responsabilidades e estabeleçam salvaguardas. Sem mecanismos obrigatórios de proteção — como monitoramento de padrões de risco, verificação rigorosa de idade e limites automáticos — empresas mantêm liberdade para explorar jogadores vulneráveis, ampliando casos de endividamento e adoecimento psicológico.

Diante desse cenário, compete ao Ministério da Fazenda promover uma política nacional de proteção financeira digital que vá além da simples regulação do mercado. Para isso, a pasta deve criar, em parceria com universidades e institutos de pesquisa, um sistema permanente de educação econômico-digital, com materiais didáticos, campanhas publicitárias de conscientização, além de intervenções formativas nas escolas e nas redes sociais. Por meio desse investimento em alfabetização financeira, haverá o amadurecimento dos jogadores diante das lógicas de aposta. Espera-se, pois, a redução da vulnerabilidade social, bem como a dos riscos financeiros.

Por Gislaine Buosi